

**APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ: AUTISMO E EDUCAÇÃO &
PANORAMA: CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**PRESENTATION - DOSSIER: AUTISM AND EDUCATION &
OVERVIEW: CONSERVATISM IN BRAZILIAN EDUCATION**

Mesmo a caracterização do autismo resta ainda incerta: incapacidade, deficiência, ou apenas outro *modo de ser*, diversidade comportamental ou mental. Isso se reflete no campo de pesquisas a ele vinculado. Não resta dúvida de que a investigação sobre a experiência autista foi – e é – um dos pontos mais altos da pesquisa contemporânea, dentro do campo psi, na Medicina, nas Ciências Humanas, ou mesmo nas ciências em geral. Ele figura como uma espécie de novo paradigma, não apenas interdisciplinar, mas ‘indisciplinado’, que não está exatamente integrado a nenhum campo em particular. A rigor, o ‘autismo’ é um problema epistêmico em sentido amplo, um ‘problema de pensamento’, a exigir, possivelmente, formas inteiramente novas de abordagem. Mas, quais seriam? Nesse sentido, escreveu uma autista famosa: “Eu penso por imagens”. O que quer dizer isso, o que exatamente ela quis nos dizer?

Em período muito recente, o termo ‘autismo’ é introduzido, no início do século passado, e a ‘síndrome’ do transtorno autista é mais precisamente caracterizada trinta anos depois, na década de 1940. O conjunto dos estudos sobre a temática, portanto, sequer completou cem anos. Mesmo em razão dessa novidade, o debate acerca do tema segue em aberto, e muito intenso. Quanto à sua etiologia, às melhores formas de intervenção, à posição ou função de pais ou cuidadores, e àquela que caberia aos próprios autistas etc. Quanto à sua melhor compreensão: neurológica, genética, cognitivista ou, atualmente, em menor grau, psicanalítica, e mesmo política. Problema também ‘espacial’ – qual o exato lugar do autismo: no campo médico, biológico, psicológico, pedagógico, ético...

Também já não se trata, apenas, de se estabelecer um cuidado sobre a criança, o sujeito autista; igualmente, importa cuidar de mães e pais de autistas. *Quem cuida dos cuidadores?* Com receio, talvez, de um regresso ao infinito, que é sempre intimidador ao pensamento e, sobretudo, à ação, essa ‘outra metade’ da situação e da condição autista foi, talvez, demasiado negligenciada, senão mesmo, frequentemente, desprezada ou culpabilizada.

A gama de posições contraditórias, de direções divergentes, de sínteses impossíveis revela, talvez, um problema de outra ordem. O que indica esse grande desencontro? De saída, ele representa uma dificuldade a mais para se precisar o atual estado da arte dos estudos do autismo. Mas não só isso. Com efeito, parece ainda distante uma ‘aufhebung’ resultante de todas essas expressões diversas, que permita

ao menos reorganizar o campo de estudos. Sem isso, a impressão inevitável é que apenas se apresentam dificuldades renovadas, a cada nova linha de investigação.

Onde está, então, o ‘problema’? O desafio maior parece envolver a própria localização da questão. Conseguir delimitar com clareza as principais linhas ou tópicos a serem enfrentados (psicológicos, biológicos, neurológicos, nenhum desses...). Talvez, o incômodo em relação ao autismo passe antes de tudo por esse desacerto ou desajuste epistemológico. Que tipo de questão ele é, ou nos propõe? A forma mesma de interrogação sobre o autismo tem se mostrado a mais adequada? Se o problema, em grande medida, segue nos escapando, temos de fato ‘o’, ou mesmo ‘um’ problema? A forma especular com que o tema se apresenta é muito significativa: a dificuldade na compreensão do sujeito autista reflete a dificuldade muito mais ampla em entendermos adequadamente todo o campo subjetivo, de sujeitos, subjetividades e subjetivações (e o autismo é, então, mais um característico sinal de tal limitação). Com efeito, podemos até ‘fugir’ para uma concepção biológica ou neurológica do tema, podemos até, talvez romanticamente, apagar todo traço negativo, de transtorno, deficiência e incapacidade do autismo - mas isso não quer dizer que tenhamos saído do impasse, nem que saibamos mais sobre ele, com esse deslocamento.

Em tudo isso, parece retornar até nós a pergunta muito antiga: ‘o que é?’. O que é o autismo? – tem-se aí uma questão efetivamente ontológica (que forma, ou modo de ser está envolvido nisso), ou uma pretensão de definição, socraticamente funcional? Sobre o que estamos a falar, e mesmo a ‘curar’, se nem sequer sabemos do que se trata, *o que é*. A ciência moderna, sem dúvida, superou vários impasses e limitações contidos na pergunta ontológica, e com ganhos evidentes. Mas, frequentemente, trata-se de uma escapada ao inescapável. Tornar a experimentação a via alternativa à ontologização do pensamento (e mesmo, talvez, da ação) é vantajoso como método inicial, mas duvidosamente como um finalismo ou teleologismo dos resultados. Que tudo reste ainda em aberto, ao fim e ao cabo de inúmeras linhas de investigação, é claramente incômodo. Onde tudo é ‘possível’, será duvidoso conseguir separar mesmo a boa ou má experimentação. O estado da arte é ainda esse, talvez: o de uma indefinição ontológica, e de uma experimentação inconclusa. Dois pólos, duas operações distintas, raramente complementares (quicá, com alguma sorte, suplementares, provocativas uma à outra): uma definição, senão eu claudico (ou vago, erro...), ou a kierkegaardiana ‘um possível, senão eu sufoco.

Seja como for, parece-nos que um esforço gnosiológico, no sentido de aclarar o que se está propriamente enfrentando, será um elemento fundamental da pesquisa nos próximos anos.

Sem sabermos mais exatamente ‘o que é’, como verificar quem de fato faz mal ou bem à pessoa autista? (E a troca de acusações foi uma constante, sobretudo nestes últimos cinquenta anos de autismo e de experiência autista). Cogitar de uma ciência (ou filosofia) para além de bem e de mal certamente não nos ajuda em nada nessas horas. Uma ciência errada, para ou sobre humanos, será invariavelmente, mais

à frente, uma ciência (ou filosofia) desumana. O ‘método’ desta ciência nova, se é, portanto, necessariamente tateante, precisa ser também profundamente ético. Se ainda não compreendemos o que não vemos, ao menos respeitemos o que já há tempos é muito visível, ou seja, a pessoa autista, as comunidades autistas, ou formadas em torno deles. Até lá, que a medicina, a biologia, as ciências preencham eticamente as suas ainda muitas lacunas. Por ora, por melhores e maiores que sejam os nossos esforços, falta-nos muito: alternam-se aproximações sucessivas, intenções incertas, ou versões apaixonadas. Como sempre, alguns dizem o que veem, outros dizem o que interpretam, e ainda outros, dizem aquilo que sentem. Inevitável, assim, que se chegue a verdades bem distantes.

De todo modo, será possível indicar algumas grandes conquistas recentes na abordagem do autismo (e aí, pouco importa, até, o seu grau de acerto; elas se medirão melhor pelo seu avanço heurístico, inventivo e inovador). Em especial, parece-nos merecer grande destaque a formação de uma coletividade significativa, uma ampla comunidade autista, também diversa em seus esforços e orientações, mas muito bem sucedida em chamar a atenção para a temática. Desde os anos 60, do século passado, surgem inúmeras associações médicas, clínicas, de pais e mães, e mesmo de autistas. Diríamos, aliás, que o campo do autismo é, hoje, em grande medida, o de uma Política do Autismo (em sentido macro e micropolítico). Com partidos, facções, denúncias, cisões, resistências, guerrilhas. Quem pode sobre os autistas, quem fala por eles, o que dizem as suas próprias vozes? Enfim, questões de poder e de autonomia, de autoridade e de auto-determinação.

Por fim, quanto ao seu enfrentamento pedagógico, diríamos que entre a ‘defesa’ da cura e a perspectiva da não-cura, deve(ria) passar, esperadamente, uma educação e uma pedagogia, do autismo e para além dele, das suas interseções, e transversalidades necessárias. Talvez, seja justamente o campo formativo aquele que mais se mostre relevante nos próximos ciclos dos movimentos autistas. O ciclo psi, o ciclo neurológico, o ciclo político, poderão ser sucedidos (ou complementados), por uma vertente ou virada educacional? Quando menos, é preciso aprender ainda muito sobre autismo e autistas, e o seu (cada vez mais) amplo universo.

O dossiê que propomos envolve ao menos quatro dos grandes eixos atuais de abordagem do fenômeno autista. Poderíamos assim nomeá-los: *Autismo: sujeitos, subjetividades, e formação de comunidades; A escola dos autistas: pedagogia da atenção, da construção, e da pergunta; O cuidado para além do autista: mães, pais, cuidadores; Possibilidades ativas – como sempre, o que fazer, como atuar?*

Os artigos contornam experiências múltiplas de pesquisadores e estudiosos da área e nos convidam a pensar a partir de uma análise cuidadosa sobre o tema em suas variadas perspectivas.

Abrimos o dossiê com o artigo **Sensorialidades no Transtorno do Espectro Autista: denunciar, educar e convidar para fazer parte da comunidade humana** dos professores *María Elena Infante-Malachias*, *Herbert Gomes da Silva* e *Jennifer Caroline de Sousa*, que nos convida à compor uma comunidade humana ao trazer uma abordagem sobre a dimensão sensorial e suas diferenciações a partir do campo conceitual em torno do “transtorno de processamento sensorial no autismo” para assim, discutir a estigmatização e as estratégias de enfrentamento tais como a denúncia, uma educação sensorial e o contato com pessoas dentro do TEA.

O artigo **Fernand Deligny e o lugar do espírito a-sujeitado** de *Carlos Henrique Machado* parte da experiência de Deligny com crianças autistas para discutir a existência de um espírito que escapa às normatizações do sujeito, além de tecer uma sua crítica à domesticação no campo da linguagem e o modelo de humanidade historicamente preconizado por esta.

No artigo **O que o diagnóstico não diz: Transtorno do Espectro Autista, trajetória educacional e constituição identitária** dos autores *Káticia Martins Guimarães* e *Michell Pedruzzi Mendes Araújo* aborda os processos de subjetivação de indivíduos autistas partindo de uma análise clínica do diagnóstico tardio e suas nuances no campo da reorganização e na produção de estigmas, e propõem uma articulação conjunta no âmbito da escuta como catalizadora de uma perspectiva ética e política como resistência.

O artigo **Transtorno do Espectro Autista e inclusão escolar: em foco as políticas públicas brasileiras**, dos autores *Solange Franci Raimundo Yaegashi*, *Sharmilla Tassiana de Souza*, *Michele Nader* e *João Gabriel Yaegashi*, faz uma análise das políticas públicas na educação considerando os avanços na inclusão escolar de estudantes autistas e sua importância na promoção da diversidade, do respeito às diferenças e à pluralidade, mas alerta para os abismos existentes entre a lei e as práticas pedagógicas sendo, portanto, necessário uma atenção e investimento na formação contínua dos docentes envolvidos.

No artigo **Escola inclusiva para alunos com TEA: possibilidades, recursos, adaptação, flexibilidade curricular, aprendizagem criativa e tecnologia assistivas**, *Lívia Barbosa Pacheco Souza* e *Taynan Alécio da Silva* abordam sobre os desafios da escola inclusiva para estudantes com TEA destacando a importância de metodologias criativas em consonância com um trabalho integrado entre educadores, famílias e comunidade escolar.

Em **O desenvolvimento psíquico da criança autista no contexto educacional em uma instituição especializada**, *Lara Ranieri Garcia* e *Marta Silene Ferreira Barros* discutem sobre a contribuição da educação para o desenvolvimento da dimensão psíquica de crianças autistas mediante práticas corretas que atuam no campo da linguagem e do pensamento aprimorando suas potencialidades.

No artigo **Possíveis benefícios do atendimento psicológico a familiares de crianças/adolescentes com Transtorno do Espectro Autista**, as autoras *Thaís Pereira de Paula* e *Regiane de Souza Quinteiro* se baseiam nos resultados de uma pesquisa com familiares de crianças autistas para destacar a relevância da atenção psicológica e suas consequências na redução da ansiedade e da angústia propiciando mais qualidade de vida.

O artigo **Estresse em cuidadores de crianças autistas: um estudo comparativo entre mães e pais**, de *Mykaelle das Dores de Souza Costa*, *Rafael Vilas Boas Garcia* e *João Paulo Roberti Junior*, também parte de uma pesquisa com familiares de crianças autistas revelando os altos índices de estresse e suas variações entre pais e mães e a necessidade de aprofundamento sobre o assunto para uma melhor intervenção.

No artigo **Reflexões sobre o uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa com estudantes autistas: uma revisão sistemática da literatura**, os autores *Simone Souza dos Reis*, *Nanci Rodrigues Orrico* e *Flávius Almeida dos Anjos* analisam o recurso da fala no contexto escolar e o uso de estratégias utilizadas com estudantes autistas com comprometimento na comunicação verbal, tais como símbolos, gestos e técnicas que favorecem a inclusão educacional, alertando para as falhas no debate e na efetivação de tais práticas.

Em **Pensamento visual e espectro autista: reflexões para a didática frente à neurodiversidade**, as autoras *Ana Beatriz Machado de Freitas* e *Ruth Cristiane Aleixo de Souza* avaliam a dimensão da linguagem imagética, uma particularidade de indivíduos autistas, e os entraves acadêmico sofridos no processo pedagógico, na aprendizagem e na comunicação.

E fechando o presente dossiê temos o artigo **História e Filosofia da Ciência como mudança de paradigma para a introdução dos Axiomas de Isaac Newton em diálogo com o Transtorno do Espectro Autista**, de *André Vinícius Dias Senra* e *Manoel Fernando Lobato Martins* que propõem discutir uma metodologia para a aplicação de axiomas da física em estudantes com transtorno de neurodesenvolvimento e autismo tendo como mote a produção de uma cartilha de apoio aos docentes e os resultados do aprendizado.

Duas últimas notas curtas, a título de apresentação e de hipóteses.

Talvez, dentre os campos de atenção ao autismo, um dos que se mostrou menos ativo ou relevante seja, justamente, o da pedagogia e da educação. Em parte, pelo fato da formação ser frequentemente identificada a um processo de ‘normalização’, envolvendo procedimentos de inserção social, de interação subjetiva, de maturação psicológica, de desenvolvimento emocional e cognitivo etc. Boa parte das crianças autistas não poderá ser medida por essa mesma régua. E, nesse caso, também a pedagogia se prestou a ser confundida com certos impasses das abordagens ‘psi’ - ainda que

involuntariamente ela apostaria, igualmente, em uma evolução ou correção (e, portanto, em uma ‘cura’) do autismo, porém segundo a concepção da progressividade educacional.

Contudo, a sala de aula se encontra ela mesma em mutação, e possivelmente a ‘sala de aula futura’ terá funções muito distantes, distintas daquelas que ela encarna na escola atual. Assumirá, possivelmente, uma função sobretudo emocional, sensível. Isso confirmado, o ser-autista, a personalidade autista estará ainda tão deslocada nesse novo ambiente educacional?

Nesse sentido, devemos nos preparar mais decididamente para esse futuro possível das nossas escolas. E aí, será menos questão de buscar distintas inclusões, mas antes disso, reencontrando um sentido primordial do próprio educar, enquanto uma sugestiva ‘condução para fora’, pensar as formas de *foraclusão* de que o autismo nos dá importante testemunho, e para o qual nos solicita, pedagogicamente, desde já.

O presente número apresenta também um **panorama** sobre o **conservadorismo na Educação brasileira**.

Temos acompanhado, recentemente, a ascensão de um novo fenômeno conservador, por todo o globo e, concentradamente, no Ocidente. Com reflexos vários, em especial, na política, nos costumes, nas relações sociais, e, claro, também na educação. O que quer dizer esse novo conservadorismo, ou mesmo, o conservadorismo, de maneira geral? O que exatamente ele postula, defende ou propõe? Essa questão, com efeito, não encontra resposta fácil, e no entanto, ela é, possivelmente, a mais decisiva para o momento político atual.

Não parece possível inscrever esse movimento simplesmente sob a égide do fascismo original. Decerto, ele mobiliza elementos dessa configuração, mas, de uma maneira geral, mesmo esses se apresentam redefinidos, reorientados. Apenas em caráter muito amplo se poderia estabelecer tal aproximação, conservando-se alguns poucos princípios comuns. Com efeito, talvez se trate, tão somente, de elementos genéricos, comuns às diversas expressões políticas conservadoras ou reacionárias.

Em primeiro lugar, a utilização da violência como eixo da ação política. Porém, diferentemente do totalitarismo fascista, agora, a violência tem, antes, um caráter retórico, psicológico, semiótico, ou ainda digital, se valendo fortemente de características do nosso tempo, operando desde os ambientes das redes sociais e da internet, com grande impacto. Diríamos um fascismo subjetivo ou virtual, em que a ‘luta política’ se faz em grande medida através de engajamento, e de viralizações.

Também, cabe destacar a permanente exacerbação e estridência do debate, em que, mais uma vez, as redes sociais desempenham um papel fundamental; há um contínuo clima conspiracionista, de

fomentação reiterada de uma fantasmagoria social e política. Multiplicam-se as fórmulas invariavelmente agressivas, de suspeição dos diferentes adversários (seja a esquerda ou os ‘comunistas’, as minorias, as políticas públicas, as universidades etc). Cumpre verificar, a cada vez, como esses discursos e narrativas efetivamente transvasam da arena política para a vida como um todo, e em que condições e circunstâncias.

Ainda, como pano de fundo, desenha-se ou postula-se um cenário em escalada, ou um horizonte último quase apocalíptico. A sociedade, as tradições, a vida ‘antiga’ e ‘boa’, algo (e ao mesmo tempo, tudo...) está sempre sob grande perigo, com risco de desaparecimento ou radical descaracterização. Enfim, professa-se um certo catastrofismo escatológico, com profundas implicações culturais e sociais, e a ação política só pode ser, então, apelativa, exaltada, expressando-se caracteristicamente sob a forma da intimação ou do ultimato: a sociedade não é simplesmente convocada a participar, ou a votar, mas efetivamente a decidir e a escolher, com o risco envolvido até da sua própria extinção.

Por fim, tem-se um conjunto bem aberrante de lideranças estridentes e exóticas, deliberadamente vulgares e histriônicas.

Por outro lado, não há unidade em torno das bandeiras nacionalistas, nem maior esforço em organizar efetivamente as massas (esse esforço, via de regra, se expressa pontualmente, em mobilizações eventuais temáticas); tampouco, o militarismo do fascismo original se reproduz, uniformemente, nessas experiências reacionárias presentes.

Portanto, há uma atualização, um ‘aggiornamento’ de reacionarismos anteriores, mas sobretudo há, ainda mais, inventividade, criatividade, em que aspectos muito característicos da vida contemporânea são mobilizados com vistas a um engajamento direto, sem a necessária mediação sequer de partidos ou agremiações políticas. E mesmo o caráter movimentista do fascismo originário se fragmenta já em declinações particularistas, ou em pequenos grupos. Com isso, o fascismo totalizante de antes deu lugar a uma adesão individualista a expressões segmentadas, particularmente as econômicas (todas elas, aliás, fortemente anti-Estado, e invariavelmente contrárias ao intervencionismo estatal): capitalismo libertário, cripto capitalismo, anarcocapitalismo, ou ainda, um neoliberalismo ultra individualista e solipsista; a religiosidade perde o seu elemento central no cultivo da espiritualidade, para abraçar um utilitarismo de ocasião, oscilando entre a teologia da prosperidade ou a do domínio; a família torna-se o principal núcleo social e afetivo, ademais reivindicado transversalmente, pelos mais diversos setores e em ocasiões as mais prosaicas, quotidianas, mostrando-se mais até um adjetivo que um substantivo. Essa redefinição, aliás, talvez deva ser pensada em meio a uma mudança mais profunda da sociabilidade contemporânea, em que a vida em condomínios, o declínio de associações e sindicatos, a preterição da construção coletiva em benefício do sucesso individual etc, fazem com que se busque, agora na família, um esteio, um recurso de apoio e de segurança, porém bem mais restrito. E, uma vez mais, não se pode desconsiderar o papel central que as redes sociais parecem desempenhar em tudo isso.

Nesse sentido, é menos importante considerar a veiculação de um ‘discurso de ódio’, afinal utilizado em algum momento por todo espaço político radicalizado; ou, mesmo, tampouco a condução de uma política do inimigo, em que o ‘político’ só se perfaz ao se encontrar esse necessário adversário temível, figadal, deliberadamente (senão paranoicamente) exagerado - o que, por outro lado, aí sim uma situação mais gravosa, poderá implicar em uma inviabilização da própria democracia, ao menos em sua forma de funcionamento consensual - pois como dialogar com o inimigo absoluto e mortal? O ambiente em construção é, com efeito, o de uma guerra civil política.

Contudo, a intenção parece ser, ao menos de início, distinta: a de promover uma disrupção, uma percepção desencontrada, uma efetiva confusão mental, que não enseje mais avaliações ou juízos claros, e com isso venha a degradar cognitivamente o ambiente social, o tecido comunitário. Ou até mais: conceber uma (des)ordem social de tal maneira disjunta, que já não seja viável conservar maiores aspirações comuns, ou mesmo duradouras, e com isso, a própria sociedade se veja à mercê de qualquer apelo oportunista imediato.

A consolidação de perspectivas conservadoras no campo pedagógico representa, via de regra, um condensado dessas várias formulações e proposições. Trata-se, aliás, de um eixo não menos importante que os demais: a guerra cultural, a intensificação política precisa começar pela base, desde cedo. Nesse sentido, o debate pedagógico presente se mostra, também, essencialmente ideológico, ou ‘cultural’, e conduzido com vistas a um mesmo acaloramento e exacerbação.

A educação brasileira tem sido alcançada por esse neo-conservadorismo pedagógico conforme algumas linhas muito claras: a guerra cultural contra um ‘marxismo escolar’, formativo; a contraposição da religião à ciência, que se dá desde as defesas de retomada do ensino religioso (sobretudo, bíblico) até a exigência de ensino do criacionismo etc; o apelo à disciplina e à educação ‘rígida’, que tem encontrado sua forma mais dura na recente militarização do ensino público, através das chamadas ‘escolas cívico-militares’; um preconceito genérico contra o valor e o papel da ciência e do conhecimento em geral, considerados excessivamente críticos, ou moralmente corruptores; uma apologia do ‘conservadorismo educacional’, que não se mostre atentatório contra a família e os valores familiares, que seja respeitoso às hierarquias diversas (a começar por aquelas constitutivas da família tradicional), à religião (a rigor, fundamentalmente, aos chamados ‘valores cristãos’, assim como às demais instituições consideradas ‘conservadoras’ (em especial, as Forças Armadas).

Decerto, tenciona-se introduzir formas novas do que poderíamos chamar um reacionarismo ‘de base’, a começar desde a escola. Ou, ao menos, garantir uma escola essencialmente conservadora, supostamente ‘acrítica’, neutra, ou ‘sem partido’. Enfim, uma escola da ordem posta, que não estabeleça maiores questionamentos acerca da estrutura social (e política, e racial, e cultural...) nacional. Visa-se, aparentemente, garantir a plena manutenção de estruturas e situações que nos marcam há muito.

Entende-se que a simples transposição de tais categorias, de um conservadorismo estrito, a um país periférico, desigual, pobre, se mostra desastrosa. Qual seria exatamente a vantagem para nós, por aqui, em nos batermos tão somente por ‘conservar’? Conservar, afinal, o que: as nossas fragilidades, dificuldades, aporias?

Assim, é de se perguntar a validade de se cogitar da experiência educacional, formativa, configurada segundo uma imagem meramente conservadora. Seria possível formar apenas ‘para trás’? Ou ‘para o mesmo’? Voltando-se para o que já foi, a um imaginário ou ideário antigo, a um estado de coisas já posto, mas ainda, eterna e indefinidamente disposto? O conservadorismo coerente professa uma egiptomania estrita: trabalha com situações fixadas, posturas rígidas, ausência de movimento, de novidade e de transformação. O objetivo, ou ao menos o resultado final não pode ser outro que não estagnação e estase.

Promove-se, com isso, uma estranha escatologia antecipada, uma preliminar – talvez, inevitável – ao Apocalipse, a um Juízo Final. Uma vez inteiramente ‘conservado’, ou seja, parado, interrompido, restaria o que a um grupo social, e mesmo à humanidade? Talvez, tão somente, ser julgado...

O panorama ora proposto pretende apresentar algumas dessas novas orientações conservadoras presentes na educação brasileira.

Com esse intuito, temos, primeiramente, o artigo **Notas sobre o conservadorismo na educação brasileira e o caso do movimento Escola sem Partido: legados e significados**, de *Helton Messini da Costa*, que analisa o contexto de surgimento e difusão de ideias e práticas conservadoras no campo da educação como uma reatividade aos avanços e políticas sociais implementadas nos governos do PT, em consonância com uma disputa por hegemonia inerente aos interesses de setores da burguesia brasileira.

No artigo **Argumentação no documentário Pátria educadora, da produtora Brasil Paralelo**, os autores *Robson Batista dos Santos Hasmann* e *Gabriel Aragão de Carvalho* fazem uma análise das falas e enunciados reproduzidos em vídeos em mídias sociais da Brasil Paralelo como projeto de difusão das ideias de grupos intitulados como a Nova Direita vinculado às estratégias para comercialização de seus cursos digitais.

O artigo **Considerações histórico-críticas sobre a influência do pensamento religioso conservador na educação brasileira**, de *Walace Abreu*, examina a relação entre religião, educação e Estado, situando o ensino religioso no Brasil desde os seus primórdios na colonização aos tempos atuais, evidenciando as tensões entre laicidade e dogmas religiosos no campo da educação, bem como as repercussões sociais da permissão do ensino religioso pelo STF e seus desdobramentos na liberdade religiosa em suas múltiplas visões, culturas e crenças.

No artigo **A educação neoliberal e o processo de “fascistização” no Brasil**, de *Fernanda do Carmo Chiele*, temos um estudo sobre as relações entre políticas neoliberais e a fascistização no Brasil e suas consequências no campo da educação, baseado em estudos sobre relações de poder, ideologia e hegemonia.

O artigo **A marcha pela militarização da Educação**, *Laila Fernanda de Castro Gonçalves* investiga a atuação militar e policial na educação com a implementação de um modelo disciplinar e cuja estrutura e valores evidenciam o crescimento do conservadorismo.

Em **Violência às escolas no Brasil à luz do pensamento de Maria Montessori**, *Camila Iwasaki* nos traz uma análise sobre o aumento da violência contra as escolas e sua conexão com questões sociais e a defesa de uma educação para a paz baseada nos estudos de Maria Montessori.

No artigo **A crise na educação e a escola atravessada pela lógica do mercado: alguns apontamentos sobre o ensinar e aprender em sala de aula**, o autor *Rogério Rodrigues* traz à baila os paradoxos que se estabelecem no ambiente escolar entre o sujeito presente espacialmente, porém, ausente criticamente, como decorrente do projeto capitalista e suas consequências na educação; e alicerçando-se na psicanálise e na teoria crítica, o autor aponta a consequente precarização do trabalho e do ensino cujo enfrentamento indica a necessidade de se restabelecer um sujeito intelectualizado aliado às narrativas discursivas críticas como forma de resistência.

Concluimos o presente panorama com o artigo **Para uma aprendizagem à luz de Frantz Fanon e Paulo Freire**, de *Michael Batista*, que avalia sobre o conservadorismo nas práticas pedagógicas na educação brasileira as quais condicionam o ensino e a aprendizagem à mera passividade da escuta, das anotações e avaliações, propondo uma transformação dessas práticas a partir de Frantz Fanon e Paulo Freire.

Na parte dedicada ao **fluxo contínuo** temos o artigo **Tecnologias digitais na educação básica: o impacto na dinâmica professor-aluno e as implicações na prática pedagógica**, de *Marta Melo de Araújo* e *Alana Danielly Vasconcelos*, abordando o uso das tecnologias digitais na educação e a necessidade de investir na infraestrutura e na formação docente de forma a garantir educação crítica e inclusiva.

O artigo **O brincar, jogos e brincadeiras no desenvolvimento infantil - um levantamento baseado na produção do conhecimento no repositório institucional da UNIR**, de *Ester Niza de Oliveira Peres*, *Gigliane dos Santos Azevedo*, *Jhiovana da Silva Reina Jordã*, *Larissa Ferreira Soares*, *Maisa Barbosa dos Santos* e *Julio Sérgio Camargo*, traz os resultados de uma pesquisa sobre os efeitos do brincar e da ludicidade no estímulo à criatividade, à socialização e ao conhecimento.

E para finalizar este número temos duas resenhas, a saber, **Avaliação psicológica sob um olhar prático**, de *Roberta Bolzan Jauris*, que nos apresenta o livro **Avaliação Psicológica: construções, saberes e aplicações**, organizado pelos autores Washington Allysson Dantas Silva, Shirley de Souza Silva Simeão e Adriana de Andrade Gaião Barbosa. Temos ainda **A polifonia da razão**, de Rodrigo Petit, que nos apresenta o livro **Filosofia: a polifonia da razão**, de Olgária Mattos.

Agradecemos às autoras e autores e desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Leonardo Maia
Editor convidado
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Zamara Araujo dos Santos
Editora responsável
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB